



Revista Katálysis

ISSN: 1414-4980

kataly@cse.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil

Abath Pereira de Oliveira, Edistia Maria
Impasses da política de Assistência Social: contradições, perspectivas e desafios
Revista Katálysis, vol. 17, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 95-101
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179631065010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

re&alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Impasses da política de Assistência Social: contradições, perspectivas e desafios

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Impasses da política de Assistência Social: contradições, perspectivas e desafios

Resumo: Este ensaio resulta de estudos e pesquisas realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Política de Assistência Social (Gepas), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Indicam-se algumas antinomias historicamente observadas em interpretações das categorias e conceitos que constituem a terminologia da profissão de Serviço Social. Destacam-se também, os avanços e a superação alcançados pela profissão a partir da assimilação da teoria crítica, que fecunda o entendimento da dinâmica da sociedade capitalista na atualidade. Apontam-se alguns dissensos sobre as Políticas Sociais, mais precisamente a respeito da Política de Assistência Social, no que concerne à sua concepção e às suas possibilidades de enfrentar os desafios na implementação de ações no âmbito da sociedade capitalista. Objetiva-se, assim, analisar a viabilidade de construir, nessa área de atuação, uma interlocução teórica crítica com um exercício profissional fundamentado nos princípios do ideário do Projeto Ético-Político da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Política. Assistência Social. Marxismo. Capitalismo.

Impasses of Social Assistance Policy: Contradictions, perspectives and challenges

Abstract: This essay results from studies and research conducted by the Group of Studies and Research about Social Assistance Policy (Gepas) of the Federal University at Pernambuco (UFPE). It indicates some historically observed antinomies in interpretations of the categories and concepts that constitute the terminology of the profession of social service. It also highlights the advances and conquests achieved by the profession based on the assimilation of critical theory, which fertilizes the understanding of the dynamics of capitalist society today. It indicates some disagreements about social policies, particularly those concerning social assistance policy, concerning its conception and possibilities for facing the challenges in the implementation of actions in the realm of capitalist society. It also seeks to analyze the viability of constructing, in this field of action, a critical theoretical interlocution with a professional exercise based on the principles of the Ethical-Political Project for the Profession.

Keywords: Social service. Policy. Social assistance. Marxism. Capitalism.

Recebido em 14.08.2013. Aprovado em 06.12.2013.

Introdução

A história do Serviço Social está intrinsecamente ligada às atividades da assistência social. A essa vinculação podemos atribuir certas particularidades que trouxeram inúmeras ambiguidades à profissão e que, paralelamente às bases metodológicas tradicionais/ positivistas que nortearam a formação e o exercício profissional até fins da década de 1970, provocaram, além de um fazer profissional equivocado, uma visão meritocrática do seu estatuto, da autovisão e do perfil profissional. Nesse sentido, as modificações processadas a partir dos estudos e do empenho de diversos profissionais para superar elementos do tradicionalismo do Serviço Social têm se realizado sistematicamente na perspectiva de analisar a dinâmica do seu exercício na esfera da divisão social e técnica do trabalho. Neste ensaio procuramos convergir com esses esforços e compartilhar nossas preocupações com as questões que dizem respeito a uma das áreas de estudo para qual voltamos nossa atenção, atualmente.

Desde 2009, ao ministrarmos a disciplina de Política de Assistência Social, muitas indagações começaram a fazer parte do nosso cotidiano profissional. Se, por um lado, temos uma legislação contundente (Constituição de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e outras mais específicas, dirigidas a segmentos da população, no caso, crianças e idosos) em termos de constituição de Direitos, por outro, o que observamos na realidade é bastante incompatível com essa legislação. No sentido de aprofundar e sistematizar o conhecimento das ações desenvolvidas por essa política estruturamos o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Assistência Social (Gepas). A partir desses estudos, da compilação dos elementos pesquisados e simultaneamente da apropriação das análises e pontos de vista teóricos, alguns divergentes em relação à aplicabilidade da Política de Assistência Social, sentimos a necessidade de verificar as mediações possíveis de viabilização. É com essa intenção que discutimos certas questões, partindo da análise de algumas interpretações em relação à Política de Assistência Social que constituem elementos substanciais para que possamos superar algumas contradições que ainda caracterizam a sua aplicabilidade. É relevante destacar que não podemos perder de vista que as políticas sociais têm raízes, que sua construção foi vinculada ao sistema capitalista e nesse sentido é eivada de contradições, o que configura e exorta ao desafio lançado de identificar quais as possibilidades de superação e mediação, dentro dos espaços sócio-ocupacionais, do exercício profissional do Serviço Social no contexto atual da Política de Assistência Social.

Análise de elementos antinomiais em categorias terminológicas do Serviço Social

A nossa incursão na área da Ética como professora de disciplina nos levou a confrontar concepções diferentes sobre o tema, as quais se contrapõem no sentido de questionar a possibilidade da ética, numa sociedade capitalista. Com base na teoria marxista, alguns autores indicam a incompatibilidade entre ética e capitalismo, uma vez que este tem como uma das suas mediações a propriedade privada, caracterizada por Lessa (2002, p. 105) como “essência do individualismo burguês”. As relações entre os homens estariam (estão) balizadas pelas trocas das mercadorias que seus donos ou seus guardiões realizam na busca pela sobrevivência. Nesse sentido, Marx (1983, p. 79) afirma:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar à vista para os seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, consequentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras tomá-las. Para que essas coisas se refiram uma às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si. Como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto reconhecer-se como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, portanto como possuidores de mercadorias.

Adotando a perspectiva apontada pelo autor, podemos constatar as fundamentais contradições imanentes à nossa sociedade, tais como a pontuada por Marx, segundo a qual as relações entre as pessoas seriam, sobretudo, norteadas pelas questões econômicas. A partir dessa compreensão, constatamos a complexa e problemática atividade da ética, tendo em vista a sua configuração nesse contexto, de natureza capitalista/burguesa.

É sabido, como já destacaram alguns estudiosos, que Marx não se dedicou ao estudo da ética, ou seja, não escreveu nenhum tratado específico sobre ética, embora, de acordo com estudiosos como Benoit (2002, p. 95), “o próprio *O capital*, como e enquanto ‘a crítica da economia política burguesa’, é também, em certo sentido, uma crítica da ética e da moral burguesas, presentes, implicitamente, na teoria econômica desde, pelo menos, Adam Smith”. O texto de Marx destacado explicita as relações, os valores que norteiam a sociabilidade baseada no consumo, na posse de mercadorias, nas coisas e, nesse sentido, estabelece a possibilidade para que por meio da sua teoria possa ser feita a crítica e a análise concernentes à ética em relação a esses elementos, postos em nossa sociedade, pelo próprio movimento da realidade.

Entre profissionais de Serviço Social, foi feita uma apropriação, por meio de vários estudos, particularmente os de Barroco (2007), que destaca e atribui primazia à ontologia do ser social, baseada na interpretação Lukácsiana sobre o Marxismo, da relação com a categoria trabalho como central nesses estudos. Ganhamos, com isso, a possibilidade de procedermos as análises que permitam uma interlocução com a teoria marxista e que fundamentem nosso entendimento da realidade a partir do seu ponto de vista.

Outras categorias que podemos destacar como centrais em nosso exercício profissional, constituindo princípios consolidados no Código Profissional, estão ancoradas em uma construção ambígua. Por exemplo, a democracia, que tem sua origem na democracia ateniense e se caracterizava como governo do povo, pelo povo e para o povo, é considerada a matriz da democracia contemporânea. Todavia, pela forma como nossa sociedade se organiza para sobreviver, verificam-se divergências abissais daqueles princípios sob os quais foi inicialmente arquitetada. Não é nosso propósito tecer, nesse momento, análise mais expressiva sobre o princípio da democracia, mas apenas destacar o que Marx ressalta sobre o significado de tal categoria. Em seus estudos apresentados em *A Questão Judaica* (1843/4) Marx nos leva a distinguir entre: a democracia política, que se limita a igualar, formalmente, os indivíduos perante a Lei e a democracia político-econômica, entendida como a superação das desigualdades reais, uma democracia substantiva, em que os homens sejam iguais, não apenas sob o plano político (democracia formal), mas também sob o econômico.

Nessa compreensão é que entendemos que os assistentes sociais podem elaborar referenciais para basear e alavancar o seu trabalho. Sobre outra categoria que também compõe o núcleo dos elementos que aportam o trabalho do assistente social, a questão social, Netto (1989, p. 91) destaca que, para Marx, “o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da questão social e na ótica Marxiana, a superação da questão social demanda, liminarmente, a ultrapassagem dos marcos do capitalismo”. Como podemos verificar, é dentro de um conjunto de contradições inerentes às diversas categorias/princípios que o Serviço Social elabora suas análises, fundamenta as suas críticas e interage em seu exercício profissional na busca da superação de ações inócuas, conservadoras e incompatíveis com o ideário da profissão na atualidade.

Em relação à análise a que queremos proceder sobre a Política de Assistência Social, consideramos importante destacar inicialmente a imprecisão, a ambiguidade do termo “política”, que se presta para definir diversas ações e atividades realizadas pelos homens em sua convivência com seus pares. Lessa (2002, p. 14) define a “política como o exercício do poder dos homens sobre os homens, imprescindível à reprodução nas sociedades de Classes”. Enfatiza a função social dessa atividade: “É com o surgimento do trabalho excedente, da exploração do homem pelo homem, da propriedade privada, das classes sociais do Estado e do casamento monogâmico que a política faz sua entrada na cena da história” (LESSA, 2002, p. 104).

O autor ainda chama a atenção para a definição Aristotélica: “o homem como animal político”, caracterizando-a como “débil”, uma vez que nivela o que é ontologicamente diverso (LESSA, 2002, p. 104).

É relevante destacar que não podemos perder de vista que as políticas sociais têm raízes, que sua construção foi vinculada ao sistema capitalista e nesse sentido é eivada de contradições, o que configura e exorta ao desafio lançado de identificar quais as possibilidades de superação e mediação, dentro dos espaços sócio-ocupacionais, do exercício profissional do Serviço Social no contexto atual da Política de Assistência Social.

Em relação à assistência social, indicaremos mais adiante como essa proposta de ação é carregada de conotações colidentes àquelas contidas no ideário profissional na atualidade. No confronto com as contradições inerentes às concepções coligidas sobre as categorias aqui destacadas, o Serviço Social busca construir propostas baseadas nas possibilidades e necessidades históricas e sociais as quais se tencionam não apenas no espaço de trabalho, mas na constituição de uma cultura profissional ideopolítica e teórica que, em compatibilidade com os aportes já referendados desde a década de 1980, permita identificar e superar a lógica e as características da dinâmica do capitalismo na atualidade. A esse respeito destacamos o que diz Tavares (2013, p. 9):

Trazer ao debate os “marxismos” no Serviço Social significa enfrentar deformações, distorções, derivações, revisões e reducionismos sofridos pelo pensamento de Marx no curto período em que esse diálogo foi incorporado aos conteúdos da formação profissional do assistente social [...] destacando que tais consequências não implica ignorar o enriquecimento que a assimilação desse pensamento tem possibilitado ao Serviço Social. Não seria exagero dizer que, graças a essa opção teórico-metodológica, a empreitada de se opor à hegemonia das classes dominantes, na academia, tornou-se quase unicamente do Serviço Social.

Na perspectiva de adensar o que afirma Tavares, ressaltamos as indicações e críticas atuais, nas quais os equívocos em relação à interpretação de Marx foram superados. Essas análises vêm sendo dirigidas ao planejamento, à estruturação e à implementação das políticas sociais pelas diversas produções e estudos realizados pelos intelectuais do Serviço Social, a partir de referenciais marxistas ou marxianos. Ressaltamos, aqui, alguns estudos sobre a Política de Assistência Social na atualidade brasileira.

Nesse sentido, partimos do pensamento de Mota (2009, p. 49) que, apoiada em Marx e Engels, destaca: “Penso que as categorias de contradição e mediação são os principais aportes teórico-metodológicos que nos permitiriam entender a natureza eminentemente contraditória da profissão e a esfera política como a principal mediação na atuação profissional”.

Destaca ainda que o espaço das políticas sociais e dos direitos, tendo como foco a luta e a superação da sociedade capitalista, ganhariam novos significados, poderiam constituir alicerces para elaborações profissionais sem que estas resvalassem para o terreno das “equalizações, etapismos ou hierarquia”. Poderiam constituir as categorias de emancipação política e emancipação humana (MARX *apud* MOTA, 1997). É nessa perspectiva que se reflete as “categorias reflexivas, históricas e ontológicas distintas”, e é possível se instituírem em aportes teóricos e objetivos para a superação de conceitos vulgares. No caso a autora se refere ao “enfrentamento da questão social e a fetichização do *Welfare State*, da política social ou da solidariedade indiferenciada entre classes antagônicas” (MOTA, 2009, p. 49).

Nesse sentido, destacamos mais uma vez que, por meio deste estudo, analisamos como e de que forma a Política de Assistência Social, em vez de se expandir, formalizando uma “assistencialização”, pode contribuir para alcançar outros vetores concernentes àqueles destacados, compatíveis à emancipação humana, superando as tendências e orientações nas quais tem estado imersa, ao longo da sua história. Há possibilidade, então, de as políticas sociais, sobretudo a de assistência social, responderem de forma condizente às demandas e necessidades da classe popular?

Elementos antinômicos da Política de Assistência Social

Os aportes teóricos são, sem dúvida, imprescindíveis para desencadearem uma crítica permanente à agenda contemporânea em relação às políticas sociais. Podem constituir também pontes teóricas, sobre as quais podemos desenvolver mediações em relação à forma de estruturação das políticas sociais. Em nosso entendimento, considerando a realidade das pessoas que demandam recursos de sobrevivência, nessa realidade, deve-se requerer o estabelecimento de uma estratégia de correlação de forças, que, no plano real, pode ser compreendida como a esfera da política, correspondente à esfera da atuação profissional, ou, de superação do capital, de emancipação política. Nessa perspectiva, as ações profissionais cotidianas, o atendimento mais imediato à população que urge e requer atendimento para as suas necessidades imediatas de sobrevivência poderiam estar consignadas em um patamar de intercambiação entre as duas dimensões: a perspectiva da emancipação humana e a política. É nessa ótica que, podem ser considerados os indicadores de implementação da Política de Assistência Social. Na dimensão prospectiva de emancipação política, um novo horizonte pode ser balizado para o Serviço Social.

Alguns elementos em relação a essa política podem ser referenciados, tendo em vista suas raízes, seus desdobramentos em nossa sociedade e segundo as condições dadas pelas configurações capitalistas interpostas ao longo de nossa história.

De acordo com Sposati (2011, p. 2): “A política social é uma construção histórica [...] nas duas últimas décadas do século 20, as lutas sociais contra-hegemônicas buscaram estabelecer novo formato dos meios e modos de relação entre Estado e sociedade, principalmente quanto à presença da voz e decisão dos grupos populares e à inclusão de novas responsabilidades sociais públicas pelo Estado.”

A história da Assistência Social, em nosso país, tradicionalmente se caracterizou por sua natureza assistencialista, clientelista, com implicações culturais que reverberaram em todas as instâncias nas quais se desenvolviam suas ações e com uma profunda complacência estatal. É só com a definição da sua base legal, em 1988, à época da promulgação da Constituição Federal, com a formulação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, e, posteriormente, em 2003, com a elaboração da PNAS, que uma nova configuração dessa política passa a ser assumida como responsabilidade do Estado, que a reconhece e legitima como segmento do tripé da Seguridade Social, conferindo-lhe o estatuto de Política Social não contributiva.

Embora, sob o ponto de vista institucional, essa prática tenha galgado uma posição de legalidade que lhe atribui a condição de direito, na realidade isso não é observado. Em diversas pesquisas realizadas pelo Gepas, nos municípios de Recife e Caruaru, verificamos divergências e precariedades nas condições de execução dos serviços em geral, nas instalações dos equipamentos de atendimento à população nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nas condições precárias de trabalho de técnicos e trabalhadores dessas instituições, o que determina e impacta o desenvolvimento das atividades e programações que se tornam inconsistentes e sem nenhum tipo de interferência na realidade dos usuários desses serviços.

Destacamos, nas ações da Política de Assistência Social, a presença de uma cultura filantrópica que, aliada ou concebida sob o signo do conservadorismo, influencia no planejamento e na administração das diversas instâncias nas quais essa política se elabora até chegar ao seu usuário. A esse respeito, ressaltamos o que afirma Yazbek (2004, p. 17):

A filantropia, no Brasil, faz parte da nossa história, e a presença do setor privado na provisão social não é uma novidade na trajetória das políticas sociais brasileiras. Mas, inegavelmente, nos anos mais recentes, esta presença, além de se diversificar em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de Proteção Social do País.

Embora a autora tenha feito a afirmação há quase dez anos, destacamos sua validade nos dias de hoje, quando observamos um apelo à sociedade para se solidarizar com os “necessitados”. Aliás, podemos caracterizar aí uma relação com os ditames do neoliberalismo, que tem como um dos seus fundamentos a minimização do Estado em ações das políticas sociais. Nesse sentido, podemos identificar um verdadeiro “transformismo”, ou seja, um conjunto de ações paliativas que parecem “fazer de conta” que a Política de Assistência Social vem se implementando dentro das orientações recomendadas pela legislação. Nessa concepção é pertinente indagar se a Política de Assistência Social, como componente do tripé com a Seguridade Social e a Saúde, não se constitui como política mediadora de reprodução social. É tradicionalmente conhecida a subalternidade imposta ao Estado brasileiro pela burguesia do país ao longo da nossa história, visando a impor seus interesses aliados aos da elite internacional em consonância aos ditames dos organismos encarregados de gerenciar o capital ao redor do mundo.

Frente às incomensuráveis contradições encontradas no cotidiano desse fazer profissional, é mister superarmos as recorrentes justificativas morais baseadas em discursos estéreis de pseudocomprometimento com a população e qualificarmos as ações do Serviço Social na perspectiva da emancipação política. É preciso partir do tensionamento da sua execução na realidade, a forma de seu planejamento, sua estruturação e sua implementação e o significado que ainda assume, como política de segunda categoria ou mesmo sob o ponto de vista no qual as políticas sociais são em geral avaliadas, tratadas e secundarizadas, dentro das prioridades que são dadas a outro segmento de política, por exemplo, a econômica. É inegável que o estatuto de direito legal dimana de um conjunto de fatores, entre os quais podemos ressaltar as lutas dos sujeitos sociais que dela dependem. No entanto, os relativos direitos adquiridos na lei não são efetivados na realidade. A observação desses elementos instiga-nos à crítica e, para além dessa, à busca pela sincronia entre a emancipação política e emancipação humana por meio da análise das contradições da realidade social e de sua superação.

Conclusão

Ao iniciar este ensaio, frisávamos a nossa intenção de convergir com o debate em relação às incongruências que cercam a exequibilidade e o desenvolvimento das atividades profissionais do Serviço Social em relação às políticas sociais, mais especificamente no tocante à Política da Assistência Social na atualidade.

Partindo da análise das contradições que, historicamente, caracterizaram as elaborações teóricas da profissão e, consequentemente, das suas ações cotidianas, levantamos estudos de profissionais da área ou a ela vinculados, alguns subsídios que precisam o conteúdo dessas contradições e destacamos, também, outros que indicam as possibilidades de superação delas.

Os pontos de vista aqui destacados não apresentam por si mesmos indicações para a ação cotidiana dos assistentes sociais; apontam, no entanto, “entendimento de que a realidade deve ser transformada e não simplesmente manipulada e gestada” (SCARPONI, 1976, p. 1). Compreendemos que alguns deles podem constituir embargos tanto à compreensão do como fazer quanto à possibilidade de fazer, e é nesse sentido que acreditamos na crítica que sugira caminhos de superação por meio do debate e do enfrentamento no cotidiano profissional, no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho, reafirmando que é nesse contexto que o Serviço Social desenvolve suas práticas e as sistematiza, construindo sua cultura profissional. Nessa perspectiva concerne ao profissional estabelecer as mediações: “o papel da mediação pode ser atribuído apenas aos imperativos éticos em geral, considerados em conjunto com a intimamente relacionada luta pela libertação” (LUKÁCS *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 486-487). É nesse sentido que entendemos o papel dos princípios que constituem o Código de Ética Profissional e que embasam o Projeto Ético-Político da Profissão, como categorias que, desmistificadas das suas concepções burguesas, norteiam as ações profissionais e a produção dos intelectuais e pensadores da profissão. A libertação, em nosso ponto de vista, corresponde ao processo de emancipação que Mészáros (2002) refuta como muito frágil. Tal autor, dialogando com Lukács, chama a atenção para a seguinte afirmação: “o desenvolvimento econômico objetivo tornou ontologicamente viável para o gênero humano a possibilidade de estabelecer seu ser-para-si” (LUKÁCS *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 492). Para Mészáros (2002, p. 492), entretanto, “o aspecto do capital plenamente desenvolvido, não é o de emancipador em potencial”. Destaca, ainda, que o conceito de processo esteve sempre presente na obra de Lukács, principalmente, em sua obra *História e consciência de classe*. Da mesma forma o conceito de ontologia do ser social: “A alienação, em termos do ser, nunca é um estado de coisas, mas sempre um processo. A imediaticidade dada da alienação é mera aparência. Assim segundo ele, a luta contra o processo de alienação impõe aos indivíduos a tarefa de alcançar novas decisões e de traduzi-las na prática” (LUKÁCS *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 492-493).

Convergindo com Lukács, entendemos que a conquista da emancipação sob o ponto de vista político e, num sentido mais amplo, humana é um processo permanente de superação das questões condicionantes e alienantes do cotidiano. (Marx *apud* Lessa, 2007, p. 42) destaca:

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ‘ser genérico’, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ como forças ‘sociais’ e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força ‘política’, somente então se processa a emancipação humana.

O projeto de alcançar a emancipação política/humana caracteriza-se por uma complexidade de desafios já contida no ideário que orienta a profissão. É nessa perspectiva que ressaltamos o conjunto imprescindível de apropriações para nosso “fazer profissional” e chamamos a atenção para que esse exercício se desenvolva como um processo de estudo da realidade e das suas configurações em permanente mudança. Nessa perspectiva, acreditamos poder alcançar novas vias, ter acesso à mediação das contradições e paradoxos que cercam a viabilização de ações cotidianas. Ainda nesse pensamento, voltamos ao último termo que designa este estudo-desafio.

Os desafios estão postos cotidianamente. Nosso propósito é continuar na investigação constante por meio do acompanhamento das configurações do capitalismo em nossa realidade, face às demandas e ao impacto sobre a classe trabalhadora. Na busca desse objetivo é que concluímos questionando: quais as possibilidades de superação das ações estéreis e a construção de práticas mais equânimes nos espaços sócio-ocupacionais da Política da Assistência Social? Nos estudos consultados, bem como em diversos outros textos, essa indagação, mesmo subjetivamente, está presente. Consideramos que essa premissa poderá fazer avançar e qualificar as ações da profissão de Serviço Social.

Referências

- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENOIT, H. Do moralismo universal ao privado. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 14, p. 94-103, 2002.
- BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*: Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002.

- _____. Presidência da República. *Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 8 ago. 2013.
- _____. Política Nacional de Assistência Social. 2004. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2013.
- LESSA, S. Marxismo e ética. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 14, p. 104-109, abr. 2002.
- _____. A emancipação política e a defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1, l. 1, t. 1.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, A. E. *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.
- SCARPONI, A. Introduzione. In: LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale II*. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- MARX, K. *A questão judaica*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.
- SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katálisis*, Florianópolis: Edufsc, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/19360/17745>>. Acesso em: 4 jun. 2013.
- TAVARES, M. A. Marx, marxismos e Serviço Social. *Revista Katálisis*, Florianópolis: Edufsc, v. 16, n. 1, p. 9-11, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/29548/24877>>. Acesso em: 4 jun. 2013.
- YASBEK, M. C. Estado e políticas sociais. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 77, 2004.

Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira

edistia.abath@ufpe.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE

UFPE

Campus Universitário Recife

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária

Recife – Pernambuco – Brasil

CEP: 50670-901